

Por: Aldalgiza Inês Campolin

A preocupação com a melhoria das condições de vida das populações rurais tem incentivado os pesquisadores da **Embrapa Pantanal** a buscar novas formas de interação com esse público. Além disso, a consciência de que os conhecimentos



gerados pela pesquisa agropecuária devem, necessariamente, ser apropriados pela sociedade traz aos órgãos de pesquisa e extensão rural o desafio de buscar alternativas metodológicas e de comunicação que contribuam no processo de desenvolvimento dessas comunidades.

Este cenário aponta a necessidade de resgatar o caráter transformador do conceito de desenvolvimento, ou seja, as ações propostas devem elevar a qualidade de vida das comunidades envolvidas e, ao mesmo tempo, propiciar o fortalecimento da autonomia destas no planejamento e na gestão das ações. No entanto esse não é um objetivo fácil de atingir. Pelo contrário, um dos maiores limitantes ao desenvolvimento rural, de modo especial dos agricultores familiares, tem sido o baixo nível de envolvimento das comunidades nos projetos.

Este limitante deve fundamentar a reflexão para subsidiar o planejamento de ações voltadas ao desenvolvimento rural. Neste sentido é essencial refletir sobre sua dimensão educativa, tendo em conta principalmente a questão da participação como fator central do desenvolvimento. Essa reflexão deve levar em conta as seguintes premissas:

- o caráter endógeno do desenvolvimento, ou seja, deve-se ter sempre presente os interesses e necessidades da comunidade;
- a necessidade de fortalecer a confiança e a capacidade de organização comunitárias;



- as reflexões coletivas do contexto: problemas, potencialidades e contradições;
- que a redistribuição de poder e controle do processo pelos participantes é condição básica do desenvolvimento;
- que desenvolvimento implica mudança de um patamar de carências evidentes para outro, de conquistas coletivas.

As premissas acima reforçam a dimensão educativa do desenvolvimento rural, considerando que este não tem data nem hora para iniciar e terminar, pelo contrário, é um processo contínuo, permanente. Assim, a dimensão educativa se assenta na participação, na organização e na capacidade coletiva de mudança da realidade. E essa mudança tem por finalidade não apenas conquistas econômicas, mas também sociais e culturais.

A participação só se concretiza a partir de estruturas organizativas coletivas e devem ser as populações interessadas a dar o salto de qualidade neste sentido. Isto significa que essas populações devem se responsabilizar, desde o início, com as ações propostas e com a conquista de resultados concretos para a comunidade como um todo. A participação é conhecimento e como tal não é algo que agentes externos possam transferir para a comunidade. O papel do agente externo é, então, de facilitador na interação entre os sujeitos da ação educativa, procurando fortalecer a auto-estima e confiança dos indivíduos nas suas próprias capacidades.

Dessa forma, a participação se concretiza no aumento da capacidade de negociação e no exercício compartilhado do poder interno da comunidade para, num momento posterior, exercê-lo em instâncias externas. Mas, para atingir este nível, é fundamental que os agentes externos subsidiem as populações a praticar o trinômio reflexão–ação–reflexão, para a construção sócio-crítica do conhecimento de sua realidade.

A educação para o desenvolvimento é tarefa da qual os agentes externos não podem se furtar se efetivamente estão comprometidos com a melhoria das condições de vida da população rural. Neste sentido é fundamental respeitar o conhecimento, ainda que restrito, do senso comum local, promovendo o entrelaçar com os conhecimentos técnicos- científicos, essencial na ampliação da capacidade de ação



das pessoas, na promoção de novas culturas técnicas e na construção de conhecimentos adequados para atingir novos patamares de qualidade de vida.

Valorizar os conhecimentos locais significa também reconhecer que estes necessitam ser transformados. As aprendizagens resultantes do diálogo de saberes é que irão produzir respostas (novo conhecimento) aos problemas que a realidade apresenta e aí reside a dimensão educativa do desenvolvimento.

É nesse sentido que a Embrapa Pantanal tem desenvolvido suas atividades junto às comunidades rurais, seja incentivando a organização interna das mesmas, seja através de Dias de Campo, Palestras e Cursos que contribuam para apropriação dos conhecimentos gerados pela pesquisa agropecuária e avaliação crítica de seus problemas, além de valorizar as alternativas locais para a melhoria das condições de vida no campo.

Aldalgiza Inês Campolin (alda@cpap.embrapa.br) é pesquisadora da Embrapa Pantanal, da Área de Comunicação e Negócio, Pedagoga e Mestre em Educação.

COMO CITAR ESTE ARTIGO

CAMPOLIN, A. I. **A dimensão educativa do desenvolvimento rural**. Corumbá, MS: Embrapa Pantanal, 2006. 3p. ADM – Artigo de Divulgação na Mídia, n.103.
Disponível em: <<http://www.cpap.embrapa.br/publicacoes/online/ADM103>>.
Acesso em: 21 mar. 2007.